

ATA DA 13ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS, REALIZADA NA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, EM BRASÍLIA.

DATA : 07 e 08/12/2000 **Início:** 9:30:00 h. do dia 07/12 **Término:** 19:30 h. do dia 08/12

PARTICIPANTES :

Ministério do Meio Ambiente : Júlio Thadeu Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)

Ministério de Minas e Energia: Benedito Barbosa: (bbarbos.tln@terra.com.br)

Conselho Estadual de S.Paulo : Alexandre Liazi (drh@daee.sp.gov.br)

Usuários de Recursos Hídricos: Jairo dos Santos Lousa

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Martha Regina Von Borstel Sugai (martha.sugai@copel.com)

Comitês, Consórcios e Associações: Airton Bodstein de Barros (bodstein@iname.com)

Convidados:

Roberto Lopes de Vasconcelos (robertovas@igam.mg.gov.br)

Marcelo Taylor de Lima: (marclima@horiz.com.br)

Demétrios Christofidis: (dchristofidis@bol.com.br)

Alexandre Liazi (drh@daee.sp.gov.br)

Augusto Brayars (abragarrea@mirli.gov.br)

Cláudia da Silva Aguiar Rezende (clrezende@zipmail.com.br) (seplanpa@zaz.com.br)

José Di Bella (di_bella@uol.com.br)

Decid Michellis Junior (rela@zaz.com.br)

Márcio Rosa Rodrigues de Freitas (drh.gabinete@sema.rs.gov.br)

João Carlos Simanke de Souza (jsimanke@sabesp.com.br)

Carlos Oiti Berbert (coiti@mct.gov.br)

José Mendo Mizaes de Souza (ibram@tba.com.br)

Luiz Antônio Barboza (luizgeo@ig.com.br)

Maria Cristina Yuan: (crisyuan@ibs.org.br)

Maria Aparecida B. Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)

Celso Antônio Peticarrari (comitepardo@netsite.com.br)

Alex Gama de Santana (alex@srh.ba.gov.br)

Relatora:

Diane Mara Ferreira Varanda Rangel-SRH (diane.rangel@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Dr Júlio abriu a reunião agradecendo a presença, o empenho e a dedicação de todos nos trabalhos realizados nesse ano. Destacou que muito foi produzido nas reuniões das Câmaras Técnicas. Colocou ainda a importância da Proposta de resolução de Águas Subterrâneas como primeiro passo para a gestão integrada das águas subterrâneas. O resultado dos trabalhos dessas três Câmaras foi exitoso. Colocou ainda que o trabalho das Câmaras deve estar centrado na regulamentação, sendo que um do objetivo deve ser o de facilitar a "vida dos usuários". Ressaltou ainda que as Câmaras sempre devem ter o cuidado de, ao acatar qualquer proposta ou recomendação, ter garantida a presença da sociedade civil e dos usuários. Dr. Mendo, representante do IBRAM e CNI solicitou que se registrasse um elogio formal à equipe da Secretaria Executiva do CNRH e das Câmaras Técnicas pela presteza das informações e qualidade do apoio técnico. Dr Júlio falou ainda do profícuo trabalho do CNRH. Em seguida, Dr. Júlio, Dr. Marcos e Dr. Simanke deram início a pauta da reunião conjunta das Câmaras. Dr. Júlio justificou a inclusão posterior da Proposta de Resolução de Diretrizes para o Disciplinamento da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e o Dr. Simanke, Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, fez uma exposição sobre o processo de construção dessa Proposta de Resolução

assim como justificou a aparente timidez da norma; argumentou que estabelece critérios gerais e a necessidade da gestão integrada. Dr. Júlio colocou a proposta em discussão. Dr. Taylor fez alguns comentários colocando especialmente que é importante a questão do enquadramento das águas subterrâneas. Foi colocada a Proposta de Resolução em votação sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, colocou-se em discussão a Proposta de Resolução de Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas. A discussão da versão (nove) da Proposta de Resolução, inicialmente centrou-se no Artigo 4º onde, devido a não existência de Comitê, ocorre a necessidade de uma ação ordenada, porém a cargo dos órgãos gestores de recursos hídricos. Foi acordado um novo texto onde a proposta de compatibilização deverá ser aprovada pelos Conselhos de Recursos Hídricos competentes. Discutiu-se o texto proposto e foi aprovada a proposta que encontra-se no anexo 1. Em relação à Proposta de Decreto encaminhada pela Secretaria Executiva do MMA, que trata da regulamentação da Lei 9433 de 1997, ficou acordado que na reunião ordinária do CNRH apenas deverá ser definido o encaminhamento da proposta de Decreto assim como relatar o processo de análise pela Câmara Técnica para Assuntos Legais e Institucionais. Deverá ser solicitado ao CNRH mais tempo para análise pela Câmara. Dr. Júlio concluiu a reunião agradecendo a participação de todos e dizendo-se satisfeito por terem as Câmaras Técnicas finalizado uma etapa do trabalho de normatização, produto de discussões iniciadas há três anos pelo grupo de trabalho, criado pela SRH, responsável por apresentar uma proposta de regulamentação da Lei 9433 de 1997.

Aprovada na 17ª reunião em 15/03/2001.

Julio Thadeu Kettelhut
Presidente

Diane Mara F. Varanda Rangel
Frederico Gonçalves
Relatores

ANEXO I